

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
Centro Regional do Porto  
Faculdade de Teologia

---

## HUMANÍSTICA E TEOLOGIA

Publicação Quadrimestral  
ISSN 0870 - 080 X

Ano 21 - Maio/Dezembro de 2000 - Fasc. 2 e 3

### DIRECTOR

Carlos A. Moreira Azevedo

### CONSELHO DA DIRECÇÃO

António Maria Bessa Taipa  
Jorge Teixeira da Cunha  
José Francisco da Cunha e Carvalho  
Manuel de Pinho Ferreira

### EDIÇÃO E PROPRIEDADE

FACULDADE DE TEOLOGIA  
Rua Diogo Botelho, 1327  
4169-005 PORTO PORTUGAL  
Tel. 226196200 Fax 226196291

### ASSINATURA ANUAL

Portugal 2500\$00  
Estrangeiro US\$25.00

### FASCÍCULO AVULSO

Portugal 1000\$00  
Estrangeiro US\$10.00

### COMPOSIÇÃO E ARRANJOS GRÁFICOS

João Nuno Bastos

### IMPRESSO

SerSilito - Empresa Gráfica Lda. / Maia  
Depósito Legal: 18086/87

## Da possibilidade e do possível em Ontologia \*

Contemporaneamente, o estudo da possibilidade e do possível é relegado, em geral, para a Lógica e Lógica modal, ocupando na Ontologia um lugar pouco perceptível. Mesmo nas ontologias de recorte clássico é secundarizado, surgindo em dependência do ente contingente, como uma das suas divisões, ou como oposição ao necessário, ou ainda em relação com o ente, enquanto composto de essência e ser e oposto ao nada.

Aqui vamos considerar a possibilidade e o possível como dimensão constitutiva do essente, enquanto implicados no terceiro princípio ontológico – o ente não sendo pode ser – expressivo, como os dois primeiros, da total compreensão do ente e do ser.

### 1. Análise lógico-linguística

**1.1.** Como nos dois casos anteriores – o ente é (ente-sendo); o não ente não é (ente sendo) – estamos perante uma proposição universal e, como no primeiro, afirmativa. Com dois componentes sintáticos novos: o não, afectando o aposto a ente – “não sendo” – e o verbo “poder”, afectando como auxiliar o verbo “ser”; o predicado está igualmente subentendido: ente-sendo.

A deslocação do não para o aposto de ente diferencia este princípio dos dois anteriores; a negação diz respeito apenas ao complemento verbal de ente, sujeito da proposição, e torna-o mental ou mero conceito, destituindo-o da acção verbal contínua que o faz real ou extramental. Portanto,

---

\* Este artigo teve originariamente uma finalidade didáctica. Situa-se entre o tratado e o ensaio.

no sintagma “ente-não sendo”, a esseidade, que faz o ente ser ente, enquanto forma substantiva, está separada do exercício verbal, afirmado no “sendo”, pela negação apostá – “não sendo”. Isto faz com que apareça diferenciada: como forma abstracta, determinante de um sujeito, e como expressamente separada do seu exercício verbal, concreto, que põe o sujeito na realidade, ou faz o ente ser real.

E é este duplo uso e significado da esseidade – forma substantiva e forma verbal – que permite o uso, com sentido, da locução verbal “pode ser”, indicativa do primeiro modo de ser – a possibilidade, e da primeira qualificação do essente, que não sendo (real) é ente possível (mental, lógico), evitando assim o não-ente ou fugindo ao nada.

Que vem a ser, pois, o ente possível? Algo que é (ente) e, ao mesmo tempo, não é (não sendo), sob aspectos diferentes: mental, lógico, e extramental, real. E nesta diferença de aspectos ou estados, assenta a disponibilidade para passar de um a outro, de lógico a real, ou de algo pensado apenas, a posto na realidade, no campo de acção do ser simplesmente; ter possibilidade de ser significa ter condições intrínsecas e extrínsecas, segundo as leis do pensamento, para vir a ser real, para passar de “não sendo” (mental) a sendo (real).

**1.2.** Etimologicamente “poder” deriva de *potére*, do latim vulgar, que substitui o *posse* do latim clássico; este, por sua vez, contracção de *potessse*. De *potére*, como variantes morfológicas, derivam potente, potência, potencial e potencialidade. De *posse*, vêm possível e possibilidade.

Poder significa, pois, em sentido forte, ter potência activa, força, energia, para fazer algo; ou, em sentido moral, a autoridade, a faculdade, o direito de fazer algo. Também significa ter possibilidade de ser, de receber algum efeito, mas num sentido mais débil, pois a possibilidade abre-se ao contrário do agir, que é o sofrer. A possibilidade tem uma conotação mais neutra, entre a acção e a paixão, entre o dar e o receber. Daí que o seu uso seja mais abstracto e geral, mais estático e ontológico.

O possível significa aquilo que pode ser, acontecer, ser realizado, ser feito. Potencial significa o que está na potência de algo e pode passar a acto, ser feito pela potência de um sujeito activo; é o mesmo que virtual, que diz respeito à virtude ou força de produzir um efeito ou pôr em acto.

Estar contido (um acto ou perfeição) potencialmente, virtualmente, num sujeito significa que o sujeito tem a potência, a virtude de o produzir, agindo, superando-se a si mesmo para ser mais. Mas, para que possa ser

produzido, o acto ou perfeição tem de ser possível, quer dizer, além das condições reais externas que o tornam potencial, virtual, presente na capacidade de acção do sujeito, tem de possuir as condições lógicas internas que o determinam como tal, que o isentam da contradição e o tornam proporcionado à capacidade do sujeito.

O possível é mais amplo, conceptualmente, que o potencial, a possibilidade é mais ampla do que a potência. O poder inclui o ser e o não ser, o agir e o sofrer, o dar e o receber, a acção e a paixão, por isso, se diferencia do ser como puro agir, pura actualidade, sem possibilidade.

## 2. A experiência do possível

**2.1.** É a partir da experiência que formamos todos os conceitos, incluindo os primeiros, os transcendentais, que têm algo de conatural com o exercício do intelecto e surgem quase como intuitivos, quase *a priori*.

Ora, depois de ser e não ser, o primeiro verbo é poder. Daí que tenhamos de o encontrar imediatamente associado à experiência ontológica e à experiência transcendental. Isto acontece no exercício da nossa causalidade. E esta não é apenas intelectual, judicativa, teórica, mas também volitiva, prática, produtiva. É no agir consciente e livre, que nos sentimos causa, sujeitos responsáveis, formamos e afirmamos o nosso “eu”.

Todos fazemos projectos e procuramos realizá-los. Assim nos desenvolvemos, progredimos, damos curso à nossa vida e realizamos a nossa existência.

Mas, para que tal aconteça e sejamos responsáveis dos nossos actos, temos de saber o que fazemos, isto é, temos de conhecer, previamente à execução, o efeito que vamos causar, a acção que vamos realizar. E esta acção é determinada pelo objecto que atinge, objecto que é sempre uma coisa, bem ou valor que aperfeiçoa o sujeito, o nosso “eu”, ou nos faz ser mais.

Este objecto da acção tem, pois, de ser previamente conhecido, e não apenas absolutamente, como é em si mesmo, mas também como é para nós. Quer dizer, no seu aspecto de conveniência para nós, para a nossa perfeição. Tem de nos aparecer como bem e valor, movendo-nos a agir, enquanto desejado, primeiro, e intentado, depois. Então, transforma-se em projecto de acção, objectivo a realizar, ou fim a atingir. O conhecimento do objecto da acção (coisa, ente em si), das motivações que encontramos nele e desperta em nós (valor subjectivo), a que se junta a decisão de o realizar, constituem a deliberação. O passo seguinte, a execução, implica

apenas o exercício activo das faculdades executivas, internas e externas, ou o exercício da causalidade eficiente.

Como vemos, toda a acção consciente e livre, que nos atribuímos e nos é imputada, como sua causa eficiente, implica o exercício de todas as nossas faculdades ou potências activas e numa ordem dialéctica circular.

Isto é mais evidente na criação científica, artística ou técnica. Estimulados pelas nossas carências, concebemos um projecto: um inovador modelo teórico, uma admirável obra artística, um mecanismo útil e lucrativo. Determinamos as suas características aparentemente compatíveis, a sua essência, até ao ponto de ser viável e aceite por outros. Se os elementos e propriedades do projecto se revelarem incompatíveis, repugnando uns aos outros, diremos que é quimérico, absurdo, e, portanto, impossível. Terá que ser modificado ou posto de lado. Se o projecto se mostrar consistente, porventura, um belo exemplar, inovador, engenhoso, torna-se objecto de admiração, de contemplação mesmo extática, e diz-se possível, teoricamente possível, ou meramente possível.

Considerando-o como um bem ou valor a realizar, sentindo os seus atractivos, como nos a medir as nossas possibilidades, isto é, a verificar se está dentro das nossas capacidades de acção e se o podemos realizar. Se está fora das nossas potencialidades, totalmente e permanentemente, consideramo-lo como possível, mas utópico, irrealizável, e torna-se destituído de interesse, embora possa ter alguma função reguladora e estimuladora da nossa existência, como ideal longínquo. Se está dentro das nossas possibilidades e todas as circunstâncias são favoráveis, o projecto torna-se verdadeiramente possível, realmente possível, isto é, reveste-se de todas as condições internas (estrutura, consistência ou não contradição e harmonia das notas essenciais), e externas (causa eficiente que o concebeu como exemplar ideal o quis como bem e o intentou como fim e é capaz de o executar, dando-lhe realidade autónoma).

A análise da nossa experiência da causalidade revela-nos o lugar que nela ocupa o possível e as variações de sentido ou conteúdo que assume. O lugar é o primeiro: pela sua concepção começa a acção causal. O sentido vai de um mínimo de compreensão, mínimo negativo – a ausência de contradição, o que não é impossível; passa pelo meramente possível, que é o conjunto estruturado das suas notas constitutivas, harmónicas e ordenadas, a sua essência determinada, distinta e autónoma, sem atender às condições externas de realização, portanto, como simplesmente pensado, como ideal, mesmo que seja utópico, exprimindo o dinamismo ilimitado da inteligência; quer dizer, é não real, mas hipoteticamente realizável; final-

mente, chega ao verdadeira e realmente possível, que, além do seu conteúdo determinado, reúne todas as condições externas para ser realizado, isto é, está contido na potência activa de uma causa eficiente e revestido de todas as circunstâncias que permitem à causa eficiente passar à execução, passá-lo de potência a acto.

Alguns autores chamam real a este último possível mas, impropriamente, pois possível e real, tomando o possível na segunda acepção, excluem-se como contraditórios; este meramente possível pode ser realizável ou irrealizável, mas sob aspectos diferentes: realizável em virtude das suas condições intrínsecas (notas compatíveis e estruturadas), e irrealizável por falta de condições externas (falta de causa eficiente capaz, por natureza ou de facto). Ao realizável é preferível chamar-lhe “realmente possível”, isto é, está em condições de ser realizado, mas não é ainda real, não passou da potência da causa eficiente a acto. Aliás, o real ou realizado não deixa totalmente de ser possível, pois continua a sê-lo no primeiro sentido, enquanto nas suas notas constitutivas não tem qualquer contradição; mas deixa de ser meramente possível, enquanto passou a real.

O possível em sentido pleno contem a referência e o seu posicionamento na circularidade das causas. Afinal há uma só causa real – a eficiente. Mas esta requiere, para o seu exercício, duas causas de ordem intencional – a exemplar e a final. Estas exercem o seu influxo, movendo a causa eficiente a produzir o efeito, mas na ordem intencional. Por isso, a causa eficiente perfeita, propriamente dita, tem de ser espiritual, isto é, um agente com inteligência e vontade. E então a circularidade das causas dá-se no interior da causa eficiente, fazendo da acção um autoaperfeiçoamento e da acção imanente a acção perfeita. Ora, o meramente possível, a essência concebida e estruturada como ideal, é a causa exemplar, que move a causa eficiente à acção realizadora, inicialmente, como contemplada, e depois, como guia ou modelo durante a sua realização, adaptando a matéria e os meios executivos à sua forma. O mesmo possível, visto e desejado como bem e valor, torna-se fim, quando intentado pela causa eficiente, pois, uma vez realizado, aparece como termo da acção.

Nesta circularidade das causas ou da causalidade eficiente, os dois primeiros momentos são mentais; o terceiro, real, extramental; põe em si, fora da mente, o que estava nela concebido e intentado (pela inteligência e pela vontade). O possível, pela acção eficiente, passa de pensado, lógico e querido, intentado, portanto, mental, a realizado. A causa eficiente é que passa de potência a acto, potência de agir que é nela real, embora apenas como capacidade, pois ser é agir e agir é aperfeiçoar-se ou ser mais.

Todo o ente tem o ser como acto primeiro, isto é, como acto de outro ente que é a sua causa eficiente, acto que o faz passar de possível a real. Mas, em rigor, o ser próprio do essente que o faz real, não é acto; é antes agir concreto, capacidade de agir, que como tal, está em potência para múltiplos actos, estes segundos, apenas determinados e limitados pela essência do essente, enquanto determinada e limitada possibilidade de ser e de agir. Assim, o ser do essente é acto de ser, posto ou feito pela causa eficiente, outro ente, mas ao mesmo tempo, no essente e para o essente, é potência limitada e determinada de agir, passando constantemente a acto, ora enquanto sofre porque limitada, ora enquanto age porque determinada.

Pode, pois, concluir-se: não é equivalente passar de possível a real e de potência a acto; o ente possível (quididade e ser) pode ser real, ente por realização; o ente real pode agir, tem a potência de agir, que é o seu ser e está em potência para os actos (segundos) proporcionados ao seu ser, por sua vez proporcionado à sua quididade ou determinada e limitada possibilidade de ser, e, portanto, pode ser acto, ente por actualização.

### 3. O fundamento real do possível

3.1. Vemos que o conceito do possível, tal como o abstraímos da nossa experiência da causalidade consciente e livre, se define como aquilo que não é (ente-não sendo), mas pode ser (ente-sendo). A sua compreensão vai de um mínimo a um máximo de determinação.

O verdadeiramente ou realmente possível é aquilo que tem todas as condições para ser realizado: condições internas – ausência de contradição nas suas notas constitutivas e estrutura quiditativa delimitada ou essência determinada por notas harmónicas e ordenadas; e condições externas: causa eficiente capaz de pôr na realidade, fora da mente, em si, esse ente possível (quididade e ser próprio).

O meramente possível é algo que tem as condições internas para ser, mas não tem as condições externas, ou porque se abstrai delas, ou porque se verifica que não existem. Muitos dos nossos projectos são meramente possíveis, porque não encontram condições de realização, e, por vezes, revelam-se utópicos.

O absolutamente possível é tudo o que se pode conceber sem contradição, o que não é impossível, o campo aberto e infinito da possibilidade de determinação de quididades possíveis. É uma definição negativa, à espera de um fundamento positivo.

Na metafísica essencialista tende-se a identificar a essência com o possível. Daí que a ontologia se torne a ciência dos possíveis, esquecendo o ser. É tipicamente racionalista e parece admitir um ser da essência, diverso do ser do essente, ou ser realizador, por necessidade de encontrar um fundamento para as essências possíveis, vistas como sendo em si, embora não realizadas fora da mente, na nossa experiência.

Ora, o fundamento do possível nos dois primeiros sentidos – do realmente possível e do meramente possível – é, como vemos pela experiência, a nossa inteligência, que o constitui em todas as suas condições, pensando-o como realizável. O ser que lhe pertence é o ser pensado, lógico, de razão, como fruto do agir da inteligência, como acto da potência activa real da causa eficiente ou do sujeito agente. Tem, pois um fundamento real.

Outro tanto não acontece com o absolutamente possível, que não está em si determinado, e, por isso, não encontra fundamento positivo na nossa inteligência.

A abertura para o absolutamente possível verifica-se na nossa experiência da causalidade.

Por um lado, a nossa inteligência nunca atinge um conhecimento perfeito das condições externas de possibilidade de um ente possível. Por mais prudente e rigorosa que seja a verificação, mesmo na ciência, há sempre uma margem de erro, um “x” insuperável, que por vezes se manifesta, na realização, como falha técnica ou humana, como acontecimento imprevisível, como acaso ou sorte, na sabedoria popular. É que a nossa inteligência, além de finita é sentinte, está sujeita aos sentidos na elaboração dos seus conceitos, que são abstractos, distantes, parcelares, em relação à realidade total.

Por outro lado, a nossa inteligência finita é aberta ao infinito, como o provam não apenas o ser infinito, dentro de cujo horizonte faz todos os juízos de realidade e verdade, mas também a experiência pessoal e histórica do horizonte indefinido de possibilidades (de conhecimento e acção) dentro do qual se realiza o constante progresso do conhecimento comum, da ciência, da técnica e da sabedoria humana.

Este horizonte indefinido de possíveis, não constituídos em sua quididade meramente possível, é delimitado, apenas, pelo princípio de não contradição, que é princípio do ser pensado e do ser real, ou do ser simplesmente: é possível tudo o que não implica contradição, tudo o que não é impossível. Aqui temos o possível absoluto, desligado de qualquer restrição ou delimitação quiditativa. Mas também uma sua definição negativa.

Qual é o seu fundamento real? Não pode ser a nossa inteligência finita, incapaz de determinar o conteúdo positivo de tudo o que é infinitamente, absolutamente, possível. Com efeito, este possível é precisamente o aberto, o indeterminado e constitui a fronteira do nosso conhecimento; é um conceito limite, que faz experimentar a nossa finitude.

Esse fundamento não pode ser senão o positivo absoluto, isto é, o ser absoluto, que é realidade, verdade e plenitude. E a plenitude não é senão a face positiva do indeterminado absoluto e infinito, expresso no possível absoluto. Mas, para que tal aconteça, isto é, para que o ser absoluto, em plenitude seja o fundamento do possível absoluto, temos de o conceber como inteligência e vontade, isto é, como inteligência e entender puro, como vontade e querer puro, ou seja, como Espírito puro, absoluto, pleno, como agir puro que exclui absolutamente o não agir e o não ser.

Os possíveis da nossa experiência e causalidade são constituídos a partir dos possibilitados ou realizados por outras causas eficientes, como matéria preexistente. O possível absoluto não pode ser constituído como tal, a partir de outros possíveis preexistentes, porque é totalmente indeterminado, excluindo qualquer determinação prévia, que o tornaria não absoluto. Por isso, não pode ser constituído senão pela plenitude absoluta do ser puro, com a qual se identifica, enquanto pode ser conhecida e participada de infinitos modos pela inteligência pura e pela vontade pura do Ser puro. As quididades ou essências possíveis, finitas, têm o seu fundamento último e radical na quididade ou essência realmente e actualmente infinita, como plenitude infinita de ser, que se identifica com o ser puro, e constitui a causa exemplar, final e eficiente de todos os possíveis e de todos os possibilitados; o fundamento último formal está na inteligência pura que concebe os infinitos modos ou quididades possíveis de imitação da essência infinita ou da plenitude de ser.

#### 4. O confronto com as outras modalidades

4.1. A definição do conceito de possível, a partir da experiência da causalidade, desde o seu mínimo ao seu máximo, e no seu fundamento, deve ser completada pelo confronto com as outras modalidades lógicas e ónticas, as modalidades clássicas, modernamente e matematicamente tratadas na Lógica modal. Com efeito, não pequenos esclarecimentos e divisões daí resultam, com necessário reflexo na Ontologia.

Essas modalidades vêm a ser possibilidade, impossibilidade, contingência, necessidade. São quatro e interdependentes, porque todas afectam

o verbo ser, para além da afirmação e da negação (para alguns, a negação é a primeira modalidade) e incluem o verbo poder. Assim, todas são expressas pela locução verbal “pode ser”, conjugada com a presença, ou não, da negação afectando alternadamente cada um dos verbos. É esta a génese antropológica e lógica dos modos de predicar e de ser: é; não é; pode ser; não pode ser; pode não ser; não pode não ser. Considerando que a afirmação e a negação (logicamente) e a posição e a separação (realmente) afectam o verbo ser na sua função lógica (predicar) e na sua função real (realizar), na sua pura razão, isto é, como pura identidade, que exclui toda a negação e como plenitude de realidade, que exclui toda a separação, a possibilidade é o primeiro modo que afecta o ser enquanto próprio do essente, ou o ente como ente, porque só o ente pode ser, enquanto que o ser, de si mesmo, é realidade pura e actualidade pura. E as outras modalidades são desta dependentes ou por ela mediadas, pois todas elas têm como núcleo o “pode ser”: impossibilidade – não pode ser; contingência – pode não ser; necessidade – não pode não ser.

Se a possibilidade afecta o ente como ente, ou em razão da entidade, entra na sua compreensão e as outras modalidades também, mas em dependência e por mediação dela. Por isso, não podem deixar de ser estudadas aqui, no momento em que buscamos a compreensão do essente como tal, e dos princípios ontológicos que a exprimem.

O sistema das dependências lógicas dos conceitos modais é estabelecido pela lógica modal. Assim, possível e impossível, necessário e não necessário são contraditórios: excluem-se totalmente; necessário e impossível são contrários, porque coincidem no “não pode” e divergem no “ser” e “não ser”; nada que seja necessário é impossível e nada que seja impossível é necessário; possível e não necessário são subcontrários: algo possível é não necessário e algo não necessário é possível; o campo do possível e do não necessário intersectam-se; todo o necessário é real e algo real é necessário; o real é mais abrangente do que o necessário, pois inclui também o possível contingente real ou mutável.

Para a ontologia tem particular relevância a dependência do contingente em relação ao possível e a sua oposição ao necessário. O contingente distingue-se contraditoriamente do impossível e do necessário: é aquilo que não é impossível, mas também aquilo que é não necessário. Esta, porém, é uma definição negativa; positivamente, é aquilo que pode ser e não ser; mais determinadamente e dividindo: o meramente possível não real e o possível que é real, mas não actual, isto é, está em potência e pode ser em acto, ou o contingente mutável.

Nesta descrição temos quatro espécies de possível: o mínimo ou absoluto, que exclui apenas a contradição ou o impossível e, por isso, engloba o necessário; o contingente, que pode ser e não ser e exclui o impossível e o necessário, sendo incluído pelo não necessário; o contingente negativo que na realidade não é, mas não é impossível e, portanto, pode ser e se distingue do primeiro possível pela determinação positiva de uma quiddidade ou determinada possibilidade de ser, estando englobado por ele, primeiro possível ou absoluto, e pelo não necessário; finalmente o contingente positivo que designa aquilo que na realidade é, mas não é necessário e, por isso, é o contingente mutável, isto é, aquilo que está na realidade em potência e pode passar a acto.

O necessário, portanto, não exclui o possível no primeiro sentido, mas exclui o possível no segundo sentido, ou seja, o contingente, e é excluído por ele; exclui contraditoriamente o não necessário e, indirectamente, ou através deste, o impossível, pois está neste incluído e seu contrário.

Por sua vez, o contingente, nas duas modalidades, real e não real, positivo e negativo, ou exclui o necessário, porquanto está englobado pelo não necessário, mas, ora aproximando-se mais dele: o ente em potência; ora afastando-se: o meramente possível, ou simplesmente pensado.

Daqui vemos, como é indispensável determinar sempre claramente o uso dos modos contingente e necessário, tão importantes na Escolástica, em ordem ao possível conhecimento de Deus, através da causalidade metafísica, e tão importantes na ontologia, para a mais perfeita compreensão do essente e do ser.

Importa insistir na distinção entre os dois últimos modos do possível, que são dois modos paralelos do contingente; o primeiro é o possível que pode ser por realização e o segundo é o possível que pode ser por actualização; por realização, porque tem o ser pensado e pode ser realizado, posto na realidade extramental; por actualização, porque é um possível realizado, fundamento de novos possíveis, mas agora no agir, passando de potência a acto e não já no ser. O ente em potência é, pois, fundamento real de um possível acto segundo, correspondente ao possível acto primeiro do contingente meramente possível, que pela realização da causa eficiente recebe o acto primeiro e fica em potência para o acto segundo, este já seu, ou causado por si e não pela sua causa eficiente que é externa. O ente sendo em potência tem a potência de agir, que é real e não apenas pensada. O ente possível em realização não tem a potência de agir, porque ainda não é, não tem o ser, e, conseqüentemente, o agir, não podendo realizar-se a si mesmo, mas tendo necessidade de um outro ente real,

que, como causa eficiente, o faça passar de meramente possível a real. E só então é que o ente realizado fica em potência para agir, ou passar a acto segundo.

O ente em potência já é, mas pode ser mais, agindo; e age necessariamente porque ser é agir. O acto primeiro de ser, provindo da causa eficiente, é potência ou capacidade de agir, isto é, de passar a potência ao acto segundo, que é a perfeição de ser correspondente a essa potência. Por sua vez, a potência é o acto que ainda não é, mas pode ser.

Não se identificam a realização e a actualização. A primeira é acto da causa eficiente, que faz passar o ente-não sendo, meramente por ela pensado (em última análise pela causa primeira), a ente-sendo, ou de ente possível a real; e ser pensado é ser constituído na sua quiddidade, como determinado modo, parte, ou grau da perfeição de ser, passando a ser algo na mente da causa eficiente, como seu acto segundo ou acidental. A causa eficiente dá ao ente possível a sua realidade, isto é, põe na realidade, pelo seu agir, que é o seu ser, a quiddidade pre-estabelecida com o ser proporcionado; comunica da sua própria perfeição de ser, o acto primeiro de ser, ou o ser próprio do novo ente real. Assim, não há uma potência objectiva, ou essência subsistente em si, como se entendia na segunda Escolástica, que seria anterior à realização do ente possível. Antes desta, o ente possível tem apenas o ser do pensamento que o constitui idealmente, o ser pensado de uma causa eficiente, para a qual e na qual subsiste, como causa exemplar, antes e durante a realização.

A segunda, a actualização, é a passagem de potência a acto, que se faz no ente-sendo já realizado, pela virtude ou capacidade de agir do mesmo ente-sendo, que, pelo seu agir adquire ou perde uma perfeição de ser, ou um acto segundo, que agora é seu como acto e nele inere como acidente. A actualização não acontece, porém, sem o concurso de causas eficientes externas, porque todo o ente-sendo é finito, contingente, e, por isso, simultaneamente activo e passivo; mas, a actualização é sempre acto do sujeito (substância), a que pertence e inere, e de modo tanto mais autónomo, independente das causas externas, quanto maior for a sua elevação ontológica, ou mais perfeita e complexa for a sua quiddidade.

Vemos, pois, que a potência radica na distância de si a si mesmo que existe em todo o ente-sendo, distância entre aquilo que é e aquilo que há-de ser, através do agir, e, portanto, o ente-sendo é sempre mais do que aquilo que é, ou seja, é simultaneamente, aquilo que é e aquilo que há-de ser no futuro, mas sob aspectos diversos: é em potência aquilo que há-de ser em acto. E o movimento consiste precisamente nesta passagem do essente-

-sendo em potência a ente-sendo em acto. E este movimento é real, como real é o seu sujeito e agente, e o acto em que termina, como perfeição do mesmo sujeito e agente.

Daqui decorre que esta passagem de potência a acto, movimento de actualização, é diversa da passagem de possível a real, ou realização, devendo isso mesmo assinalar-se pela preservação da diversidade de denominação, apesar das semelhanças ou analogia.

Mas há uma terceira espécie de mudança que é a criação, a qual só foi nuclearmente atendida por influxo da revelação bíblico-cristã. Trata-se da passagem ou mudança do nada para o ser, do não ente, para o ente-sendo. Reporta-se analogicamente à nossa criação artística, científica e técnica, mas diverge dela essencialmente. É que só acontece quando há passagem do nada de si e de uma matéria pre-existente para o ente-sendo. Ora, na nossa criação, há sempre uma matéria pre-existente, quer idealmente, quer realmente.

Somos, porém, levados à sua concepção por raciocínio. Na verdade, verificamos na natureza, que existem muitas coisas, que não existiam, que nascem, e, depois, deixam de existir, que se corrompem. Esta mudança não é acidental, permanecendo o mesmo sujeito ou substância, como acontece nas primeiras mudanças já assinaladas, mas é o próprio sujeito ou substância que muda. Esta mudança experimentamo-la nós próprios na nossa existência, fenomenologicamente entendida. De facto, todos temos a experiência complexa, mas certa, que houve um tempo em que não eramos nada e haverá um tempo em que não seremos nada, neste nosso mundo.

E, reportando-nos ao mundo físico, no seu conjunto, ou cosmos, a própria ciência física vem pondo a hipótese de um começo e de um fim do mundo, a exigir explicação. Imaginamos, pois, um momento em que não havia inteiramente nada e começou a haver algo, um ente. Daí a pergunta: por que razão existe algo, um ente, e não antes nada?

A resposta só pode estar num acto criador, no acto de criação, a partir do nada de si e de uma matéria ou ente anterior, pre-existente.

Mas, este acto tem de ser posto por um agente capaz de o causar eficientemente. E este agente ou causa não pode ser outro ente, porque está excluído pela hipótese enunciada de a criação se dar a partir do nada, ou do não ente, portanto da hipótese de não haver nenhum ente; além disso, o ente não pode ser causa de si mesmo, pois, para ser, tem de ser causado, em virtude de ser composto de quiddidade e ser próprio e resultar, na realidade, da união destes elementos constituintes, que não podem ser reais

antes do próprio ente que constituem. Por outro lado, o sujeito agente da criação não pode ser o nada, porque o nada, ou não ente, não é e, portanto, não pode agir, porque o agir segue o ser.

Logo, só resta uma hipótese: excluídos outro ente e o não ente, fica apenas o ser puro, absoluto, infinito, transcendente, que está para além de todo o ente, se manifesta no ser dos essentes e se oculta no nada ou não ente.

Mas este ser puro, além do mais, tem de ser a própria plenitude de ser. E, portanto, possuir todas as perfeições dos entes do nosso mundo e todas as perfeições ou quiddidades possíveis para além deles. Para ser a causa primeira, absoluta, plena, tem de ser inteligência pura e vontade pura, ou seja, puro espírito. Na inteligência pura do ser puro, encontramos o fundamento de todos os possíveis infinitamente possíveis, pois ela os vê na essência de todas as essências, a essência infinita do ser puro e com ele identificado. E os entes possíveis passam a entes-sendo pelo acto criador da vontade do ser puro. Mas este acto criador não é um acidente na mente criadora, antes identifica-se com o próprio ser puro que é agir puro e consequentemente acto puro, ou pura actividade, sem movimento, enquanto passagem de potência a acto. Porque o ser puro, como plenitude de ser, não pode ser mais, através do agir; por isso, o acto criador não é acto segundo, mas actividade eterna, identificada com o próprio ser puro, amor puro do querer puro.

Encontramos aqui, no ser puro, enquanto essência pura ou plenitude de perfeição de ser, o fundamento último e remoto do possível absoluto, ou dos possíveis infinitamente possíveis, que se definem apenas pela ausência de contradição nas suas notas ou quiddidade possível, que vem a ser tudo o que não é impossível e que nos aparece como o infinitamente aberto às infinitas possibilidades do ser puro, e, portanto, da inteligência e da vontade puras.

## 5. A tríplice distinção no essente possível

5.1. As três formas diferenciadas de mudança implicadas nas três acepções de possível – possível absoluto, contingente meramente possível e contingente mutável – correspondem três formas de distinção, que estão na origem da mutabilidade e da multiplicidade do essente-sendo. Importa, pois, evocá-las.

A primeira é a distinção e composição de potência e acto no ente mutável; onde houver movimento real de um ente real, o movimento apenas

se torna inteligível, ou logicamente possível, se admitirmos no ente-sendo que muda esta composição de dois princípios do movimento, correlativos, mas excluindo-se mutuamente: o que é potência ou em potência não é acto ou em acto e vice-versa. Daqui é tirado argumento, na metafísica intelectualista realista, a favor da distinção real dos dois princípios constitutivos do movimento que se define precisamente como trânsito do essente em potência a essente em acto, enquanto em potência.

A segunda distinção e composição radica na mudança substancial dos entes materiais: matéria inerte que se torna viva, por assimilação, ou matéria viva que se torna inerte por corrupção.

Quando a mudança é accidental, o ente em si que está em potência para determinado acto, é sujeito da passagem a acto e deste mesmo que o modifica, não profundamente, mas acidentalmente. Profundamente, permanece idêntico a si mesmo e chama-se por isso substância, ou sujeito das modificações accidentais (adquirir ou perder um acto ou perfeição de ser accidental, que ora está ora não está no sujeito).

Quando a mudança é substancial, atinge a profundidade e, portanto, a identidade do sujeito, que deixa de ser o que era, deixa de ser este ente, ou ente de tal quiddidade, para ser outro ente, de outra quiddidade. Então aqui, ao que permanece sob a mudança - porque a mudança substancial não é uma aniquilação total do essente - dá-se o nome de matéria e ao que se perde ou adquire dá-se o nome de forma; a primeira é o determinável, a segunda o derminante. A mudança consiste, pois, na mudança de forma na substância ou íntimo fundo do essente que o fazia tal ente, por degradação ou por elevação da forma e portanto do nível ontológico do essente, conservando-se a matéria comum às sucessivas formas.

É fácil analogar e dizer que a matéria é potência e a forma, acto. E, na verdade, há uma semelhança de relação. Mas aqui a matéria é um princípio puramente passivo, dito matéria primeira para a distinguir da matéria segunda, que é o acidente quantidade; matéria primeira que é um conceito limite, isto é, não significando nada de positivo, porque contém a negação da sua própria significação, como o nada absoluto, e serve apenas para significar a interferência do não ser na constituição do íntimo fundo do essente finito, ou da sua substância, enquanto finita. Estes dois princípios são reais, na medida em que afectam o ente na sua substância, um positivo e o outro negativo, que não podemos conceber como nas mudanças accidentais, onde a matéria é real e perceptível pelos sentidos, enquanto matéria segunda, ou quantidade com as suas determinações extrínsecas espacio-temporais.

Esta mudança substancial atinge o ser próprio de cada quiddidade e, por isso, manifesta a contingência do essente enquanto este essente, embora o não atinja enquanto ente, pura e simplesmente.

A última distinção diz respeito à criação, ou seja, à passagem do nada ao ser, ou do não-ente ao ente-sendo. Aqui temos que partir do nada de uma matéria pre-existente (não acontece assim na criação humana), para a determinação de um ente possível, ou seja, para a constituição de uma quiddidade determinada por notas que a diferenciam, quer do ser puro, por limitação, quer dos outros entes, por alteridade, formando uma estrutura capaz de ser realmente. Isto passa-se na inteligência da causa eficiente. O ente passa do nada a possível, tendo apenas o modo de ser pensado, ou seja, tem o ser da causa eficiente, que modifica acidentalmente, mas não tem ser próprio que o faça real, subsistente em si.

A passagem completa do nada ao ente em si faz-se pela comunicação do ser real pleno, feita pela causa eficiente, que o escolheu, ao ente possível, como fim, e decidiu executá-lo, isto é, passá-lo à realidade fora da mente, ou ao campo de acção do ser puro.

Esta passagem do nada ao ser é uma mudança imprópria, porque lhe falta o termo donde provem, pois, o nada não é nada e, por isso, não é termo "a quo". Não pode ser concebido como potência ou como matéria, embora encontre nelas alguma analogia. Por isso, também não há propriamente uma composição.

A passagem implicada na criação, de ente possível a ente real, de ente pensado a ente realizado, também não exige composição no ente, pois é simplesmente a passagem de um modo de ser a outro, embora suponha, na causa eficiente, a distinção entre inteligência e vontade, como duas faculdades de agir, que se encontram identificadas, na causa eficiente primeira e absoluta, com o ser puro que é puro agir. Esta passagem actualiza-se, porém, dentro da causa eficiente, no exercício da sua acção causal que comunica pela acção o seu próprio ser real, sob o influxo da causa exemplar e final, por ela concebidas e nela existentes como pensadas, enquanto aspectos do essente possível. Esta passagem do nada ou não ente (que é o possível absoluto) para o ente possível, na mente da causa eficiente, e para o ente real, pela acção da causa eficiente, que faz ser real o que lhe era possível, está fora da nossa experiência quando é referida ao ente como ente, na sua contingência radical e metafísica. Mas é exigida em última análise para a inteligibilidade e possibilidade do essente como tal.

Os tomistas e neotomistas encontram aqui nesta mutabilidade no ser, um dos argumentos a favor da distinção real e da composição, no essente,

de essência e existência ou de essência e ser. Todavia a passagem de possível a real diz respeito à totalidade do essente (quididade e ser) e apenas muda o modo de ser – de ser pensado (ser noutra), a ser realizado, ser em si. Não é passagem de uma essência possível a uma essência real, mas de um ente possível a ente real. Há distinção real entre quididade e ser puro, pela interferência do não ser, mas não entre quididade e ser próprio.

Em suma, os binómios ou dualidades de princípios que tornam inteligível o possível e a possibilidade, na sua estrutura, na sua tríplice composição e na sua mutabilidade, são análogos, mas não devem aplicar-se indiferentemente a qualquer das mudanças e das composições apontadas, pois, estas são diversas e, por isso, se gera confusão, podendo mesmo cair-se num realismo exagerado, que atribui à realidade o nosso modo conceptual abstracto. Este tem necessidade de dividir para não confundir, e nunca atinge a realidade completamente e perfeitamente como é em si, porque nunca atinge o ser puro, onde se realiza a identidade do ser pensado e do ser real, a identidade pura que só existe no ente finito, parcelarmente, por actos accidentais de conhecimento.

## 6. Conclusão

**6.1.** A compreensão total do essente como essente, expressa nos primeiros princípios ontológicos, implica três modos ou aspectos que afectam o ser próprio do essente e não pertencem todos ao ser simplesmente: positivo (ser), negativo (não ser), e possível (poder ser). Estão interligados dialecticamente, de tal modo que um não pode dar-se sem os outros. Porque o essente tem o ser e não é o ser, o ser que lhe é próprio tem de ser limitado pelo não ser e concebido previamente como possível, ou determinado como tal ente, pela causa que o faz real ou põe na realidade. Daí que a positividade, a negatividade e a possibilidade sejam dimensões constitutivas do essente como tal.

É preciso, pois, retirar à possibilidade, na Ontologia, o estatuto de acessório da contingência ou de qualidade da essência, considerada em abstracto; e ao ente possível, o carácter de mero ente de razão, situado logicamente entre o nada e o ente real. A possibilidade do essente possível não é simplesmente um modo de predicar, mas um modo de ser, e situa-se no âmbito da causalidade necessária do essente, que não é por si mesmo, mas tem de ser por outro, quer dizer, que é contingente. E a causa adequada do essente, que é a causa eficiente (que faz algo ou comunica o ser que possui, agindo), implica, no exercício da sua acção causal, o influxo

prévio, de ordem intencional ou do conhecimento, das causas exemplar e final.

A possibilidade entra, portanto, na constituição do essente pela via da causalidade e nesta, como exigência da ordem intencional, requerida pelo exercício da causalidade eficiente. Não há, pois, ente real que não tenha sido concebido, ou determinado na sua quididade, querido e intentado como fim e posto na realidade pela acção da causa eficiente. Por isso, não há ente real que não tenha sido possível, meramente possível, e que não continue a ser absolutamente possível, isto é, não continue a excluir a contradição ou o absurdo na sua compreensão ou quididade, porque, de outro modo, repugnaria ao ser simplesmente, isto é, excluiria o ser, ficando reduzido ao nada.

Surgida em último lugar e em ligação dialéctica com a positividade e a negatividade, a possibilidade assume o carácter de síntese, abrindo o essente para a mutabilidade e para a multiplicidade. Quer dizer, a compreensão total do essente exige a união constitutiva das suas três dimensões, união dialéctica, ascensional, plenificante, ou seja, união dinâmica, tridimensional, elevante, assintoticamente, porque o essente mutável age para ser mais, mas o Ser puro é inatigível para o ente finito, apenas se divisando como horizonte infinito da inteligência e da vontade finitas, bem como da realidade finita do essente como tal.

ÂNGELO ALVES

## Bibliografia utilizada

- BLANC, Mafalda de Faria - *Introdução à Ontologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- CAFFARENA, José Gómez - *Metafísica transcendental*. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente, 1970.
- CONCETTI *Fondamentali di Filosofia*. Edição italiana sob a direcção de Giorgio Penzo. Tradução italiana do original alemão *Handbuch Philosophischer Grundbegriffe*, I, II, III, 1973-1974. Vol. II. Brescia: Editrice Queriniana, 1982. Verbete: Possibilità.
- CORETH, Emerich, S. J. - *Metafísica. Una fundamentación metodico-sistemática*. Tradução castelhana de Ramón de Areitio, S. J., do original alemão *Metaphysik. Eine methodisch-systematische Grundlegung*, 1961. Barcelona: Ediciones Ariel, 1964.

ENCYCLOPÉDIE *Philosophique Universelle*. II. *Les Notions Philosophiques*. Dictionnaire. Tome 2, Paris: P. U. F., 1990. Verbetes: Possible. Possibilité. Necessaire. Nécessité.

FOULQUIÉ, Paul - *Dictionnaire de la Langue Philosophique*. 2ª ed. Paris: P.U.F., 1969. Verbetes: Pouvoir. Mode.

LOTZ, Joannes B., S. J. - *Ontologia*. Barcelona: Editorial Herder, 1962.

SEIFFERT, Helmut - *Introducción a la Lógica*. Versão castelhana de Diorki, do original alemão *Einführung in die Logik*, 1973. Barcelona: Editorial Herder, 1977.

WEISSMAHR, Béla - *Ontologia*. Versão castelhana de Claudio Gancho, do original alemão *Ontologie*, 1985. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

## Jubileu ou júbilo? O início do milénio em reconciliação \*

Neste ano de festejos, de júbilo(s) e/ou jubileu(s) é-nos dada a possibilidade de parar e, à boa maneira mística cristã, contemplar, ou seja, fazer templo com e para o Senhor da história e para os nossos contemporâneos. Importa por conseguinte rever os fundamentos escriturísticos da celebração jubilar, o horizonte cultural em que surgiram, para conseguir uma imagem mais nítida da *intentio auctoris*, quer da do hagiógrafo, quer da do Hagiógrafo divino. Nesse momento será reactualizada a celebração vetero-testamentária no seio da nossa cultura finissecular. Tal só é possível com um coração e uma razão próximos da humanidade, que universalize a sua capacidade de amar e de acolher, ou seja, por uma missão sacerdotal católica na verdadeira acepção teológica do termo.

### 1. Introdução: a celebração vetero e inter-testamentária

A palavra *jubileu* encontra a sua raiz etimológica no hebraico bíblico *yabal* da raiz triconsonântica fenícia  $\sqrt{ybl}$ . O verbo *yabal* assume normalmente o significado de *conduzir*, *levar*, *transportar* (em procissão) as ofertas e os cativos, ou *oferecer* os dons sob a forma de cortejo <sup>1</sup> (cf. Jer 31, 9; Is 23,7; Sof 3, 10; Sl 60,11; 68,30; 76, 12; 108,11; Os 12, 2). Por vezes aparece também a vocalização participial *yobel* para significar o

\* Este texto resulta (da elaboração) de uma conferência feita num Simpósio em Lisboa, organizado pela Cáritas Portuguesa, em 29 de Janeiro de 2000, subordinado ao tema: "o Jubileu do ano 2000".

<sup>1</sup> Cf. BDB. p. 384b.